



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Instruções: As questões de números 1 a 11 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O governo brasileiro está certo ao eleger a manutenção do emprego como prioridade, mas isso não bastará para preservar o novo padrão de vida alcançado por milhões de famílias, se os chamados fundamentos da economia forem comprometidos. A redução da pobreza no Brasil, desde a última década, resultou não só do retorno ao crescimento econômico, mas também do controle da inflação e do fortalecimento das políticas sociais. A lembrança destes fatos é particularmente importante neste momento, quando a crise global ameaça lançar milhões de pessoas na miséria, em todo o mundo, e as metas de redução da pobreza – as chamadas Metas do Desenvolvimento do Milênio – parecem tornar-se mais distantes.

Com uma indústria importante e diversificada e uma agropecuária eficiente e competitiva, o Brasil tem condições excepcionalmente favoráveis para enfrentar a crise originada nos mercados financeiros do mundo rico. Mas uma parcela considerável de sua população ainda vive em condições precárias e alguns milhões de famílias só recentemente ingressaram no mercado de consumo. Os efeitos sociais mais graves da crise devem ser menos sentidos no Brasil do que em outros países em desenvolvimento, mas nem por isso as autoridades nacionais devem desconsiderar o cenário social descrito no Relatório de Acompanhamento Global preparado pelo Banco Mundial.

Segundo esse relatório, o número de pessoas em extrema pobreza aumentará em 2009 devido à crise global. A retração econômica nos países em desenvolvimento deverá jogar na extrema pobreza 55 milhões de pessoas, na melhor hipótese, ou 90 milhões, na menos favorável, segundo o Banco Mundial. Os países de renda baixa serão afetados, de acordo com o relatório, por uma combinação de desastres: redução dos volumes e dos preços de exportação, do dinheiro enviado pelos migrantes, do turismo, do investimento estrangeiro e, talvez, da ajuda oficial. Muitas famílias em países pobres ou em desenvolvimento dependem da ajuda de parentes no exterior. Com o desemprego no mundo rico, essa fonte secou.

As maiores vítimas da crise global pouco sabem de economia e finanças e simplesmente batalham para manter suas famílias e conquistar melhores condições de vida. Nos países de renda média como o Brasil, isso pode corresponder a uma geladeira, um televisor, um aparelho de som – comprados a crédito – e, mais importante, mais educação para os filhos.

(O Estado de S. Paulo, Notas e Informações, A3, 26 de abril de 2009, com adaptações)

1. Em resumo, o texto diz que
 - (A) o maior problema, que impede o crescimento econômico brasileiro, está na ausência de educação de qualidade para boa parte da população.
 - (B) a atual crise econômica mundial terá como consequência o aumento da pobreza em todo o mundo, embora os efeitos dessa crise pareçam menos ameaçadores no Brasil.
 - (C) o desconhecimento das características da economia e das finanças públicas de um país é fator que compromete o crescimento do mercado de consumo.
 - (D) o comportamento imprevisível de uma sociedade preocupada com o desemprego é empecilho para um desenvolvimento realmente sustentável do país.
 - (E) as condições precárias em que vive boa parte da população brasileira são uma realidade que põe em xeque a sustentabilidade das políticas sociais.
2. De acordo com o texto, a redução da pobreza no Brasil teve como razões principais:
 - (A) ênfase no número de empregos, expansão da indústria e agropecuária bastante rentável.
 - (B) manutenção do número de empregos, fortalecimento da indústria e agropecuária expressiva.
 - (C) retomada do crescimento econômico, controle da inflação e políticas sociais efetivas.
 - (D) crise financeira nos países ricos, controle eficaz da inflação e expansão industrial.
 - (E) crescimento do mercado consumidor, retração econômica nos países ricos e agropecuária competitiva.
3. É correto associar o último parágrafo do texto à ideia exposta em:
 - (A) *A lembrança desses fatos é particularmente importante neste momento ...*
 - (B) *... quando a crise global ameaça lançar milhões de pessoas na miséria, em todo o mundo ...*
 - (C) *... o Brasil tem condições excepcionalmente favoráveis para enfrentar a crise originada nos mercados financeiros do mundo rico.*
 - (D) *... uma parcela considerável de sua população ainda vive em condições precárias ...*
 - (E) *... e alguns milhões de famílias só recentemente ingressaram no mercado de consumo.*
4. Há relação de causa e consequência entre os segmentos abaixo, EXCETO em:
 - (A) desemprego nos países desenvolvidos e diminuição da renda de imigrantes no exterior.
 - (B) crise financeira global e aumento no número de pessoas em extrema pobreza no mundo.
 - (C) redução dos índices de pobreza no Brasil e uma população vivendo ainda em condições precárias.
 - (D) uma combinação de acontecimentos desfavoráveis e efeitos desastrosos na economia dos países mais pobres.
 - (E) uma indústria e uma agropecuária importantes e melhores condições para enfrentamento da crise.



<p>5. O desenvolvimento do texto se faz</p> <p>(A) como um relatório de fatos que vêm acontecendo no mundo todo, simultâneos à atual crise econômica global.</p> <p>(B) numa análise dos efeitos da crise financeira mundial e do surgimento de futuras consequências dessa crise.</p> <p>(C) a partir de uma situação de tranquilidade para a economia global, em virtude da manutenção da oferta de empregos.</p> <p>(D) de modo a valorizar os direitos inerentes, à população brasileira, de manutenção do padrão de vida já alcançado.</p> <p>(E) de maneira pessimista, como alerta para uma crise mundial descontrolada, o que não permite previsões sobre seus efeitos no momento.</p>	<p>Instruções: Para responder às questões de números 8 e 9, considere o segmento abaixo.</p> <p><i>Os países de renda baixa <u>serão afetados</u>, de acordo com o relatório, por uma combinação de desastres: redução dos volumes e dos preços de exportação, do dinheiro enviado pelos migrantes, do turismo, do investimento estrangeiro e, talvez, da ajuda oficial. (3º parágrafo)</i></p> <p>8. Identifica-se, após os dois-pontos,</p> <p>(A) segmento repetitivo, desnecessário no contexto.</p> <p>(B) insistência em fatos que justificam a <i>renda baixa</i> dos países citados.</p> <p>(C) síntese referente ao assunto principal do texto.</p> <p>(D) longa sequência enumerativa de problemas decorrentes da crise.</p> <p>(E) introdução de fala de interlocutor alheio ao contexto.</p>
<p>6. ... <i>resultou não só do retorno ao crescimento econômico, mas também do controle da inflação e do fortalecimento das políticas sociais.</i> (1º parágrafo)</p> <p>A afirmativa acima está corretamente reproduzida com outras palavras, sem alteração do sentido original, em:</p> <p>(A) não resultou do retorno ao crescimento econômico, mas sim do controle da inflação e do fortalecimento das políticas sociais.</p> <p>(B) não resultou nem do retorno ao crescimento econômico, nem do controle da inflação e do fortalecimento das políticas sociais.</p> <p>(C) resultou não apenas do retorno ao crescimento econômico, nem menos do controle da inflação e do fortalecimento das políticas sociais.</p> <p>(D) resultou apenas do retorno ao crescimento econômico, como do controle da inflação e do fortalecimento das políticas sociais.</p> <p>(E) resultou tanto do retorno ao crescimento econômico quanto do controle da inflação e do fortalecimento das políticas sociais.</p>	<p>9. Transpondo corretamente a forma verbal grifada para a voz ativa, tem-se:</p> <p>(A) afetará.</p> <p>(B) afetariam.</p> <p>(C) teriam afetado.</p> <p>(D) seria afetado.</p> <p>(E) terá sido afetado.</p>
<p>7. <i>Muitas famílias em países pobres ou em desenvolvimento <u>dependem</u> da ajuda de parentes no exterior.</i> (3º parágrafo)</p> <p>O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está na frase:</p> <p>(A) <i>A redução da pobreza no Brasil (...) resultou não só do retorno ao crescimento econômico ...</i></p> <p>(B) <i>... e as metas de redução da pobreza (...) parecem tornar-se mais distantes.</i></p> <p>(C) <i>... o Brasil tem condições excepcionalmente favoráveis ...</i></p> <p>(D) <i>... uma parcela considerável de sua população ainda vive em condições precárias ...</i></p> <p>(E) <i>... o número de pessoas em extrema pobreza aumentará em 2009 ...</i></p>	<p>10. Está correto o emprego ou a ausência do sinal de crase na frase:</p> <p>(A) Consumidores menos abastados, com menor poder de negociação, submetem-se as exigências dos credores a fim de obterem crédito.</p> <p>(B) Lado a lado com as conquistas econômicas, os estratos sociais mais baixos ascenderam a uma classe social superior.</p> <p>(C) Os produtos destinados à classes sociais de maior poder aquisitivo estão a disposição da classe C, por conta do crédito fácil.</p> <p>(D) O poder público busca atender, à todo momento, com medidas pertinentes, as necessidades das classes mais desfavorecidas.</p> <p>(E) A mídia estampa de maneira persuasiva e à qualquer hora produtos destinados à uma classe emergente cada vez maior.</p> <p>11. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:</p> <p>(A) Destina-se, muitas vezes, as medidas econômicas a conter certos abusos existentes no mercado, protegendo as classes mais desfavorecidas.</p> <p>(B) Empresários buscam fórmulas eficazes de conquistar a classe emergente, pois se sabem que os lucros é sempre mais seguro nessa camada social.</p> <p>(C) A classe média constitui um forte segmento de consumidores, razão por que as pesquisas atualmente está sempre voltada para elas.</p> <p>(D) A meta de conquistar consumidores para seus produtos leva empresários a uma constante disputa nos meios de comunicação de que dispõem.</p> <p>(E) Na economia de mercado, muitas vezes se esconde lucros maiores nos produtos que, em princípio, parece ser mais baratos.</p>



Instruções: As questões de números 12 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Verdes, bonitas e de aparência inofensiva, as plantas também podem ser ecologicamente incorretas – as chamadas "invasoras", por exemplo, representam a segunda maior causa de destruição da biodiversidade do planeta, perdendo apenas para o desmatamento. Só para se ter parâmetro de sua agressividade, segundo os especialistas, elas são mais predadoras do que o aquecimento global. Trata-se de espécies exóticas trazidas de outros países que, plantadas em um novo habitat, passam a destruir a flora e a fauna nativas. Livres de "adversários", elas vão se alastrando até virarem praga. Mas quem poderia desconfiar de uma jaqueira, de uma amendoeira ou de um bambuzal? Plantas invasoras como essas estão agora chamando a atenção do governo federal e de secretarias do meio ambiente de todo o país.

Crescem as constatações de que ameaçam a flora causando, juntamente com outros animais, um prejuízo anual superior a R\$ 100 milhões. Para atacar o problema, o Ministério do Meio Ambiente está elaborando uma estratégia para combatê-las, que deve ser colocada em prática no próximo ano. Uma lista preliminar já tachou 542 seres vivos de "exóticos e invasores" no Brasil, e cerca de 100 deles são plantas. O Ministério também lançará um livro que reúna dados sobre espécies invasoras marinhas. Depois virão outros volumes, mostrando as vilãs dos rios, do meio terrestre, do sistema de produção agrícola e da saúde humana – isso se dá no momento em que diversos Estados também se ocupam do problema.

Quando se comemorou o Dia da Mata Atlântica (27 de maio), a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio recebeu de pesquisadores um rol de 226 espécies invasoras da flora local. "Queremos que sirva como critério para barrar sua entrada e o seu plantio", diz a Superintendente de Biodiversidade da secretaria. Entre as principais ameaças identificadas está a jaqueira – que, ao contrário do que muitos julgam, não é um exemplar original. Trazida da Ásia durante a colonização, foi proliferando aos poucos e hoje ocupa o lugar de espécies nativas nos parques e reservas do Rio, como a floresta da Tijuca.

Segundo especialistas, o homem, desavisado do estrago que pode provocar no ambiente, acaba sendo responsável pela introdução de boa parte das espécies invasoras. Uma forma de disseminação é o uso dessas árvores exóticas no paisagismo urbano – tradição brasileira que começou com a corte portuguesa, foi alterada na década de 1920 por paisagistas como Burle Max (que preferiam as exóticas tropicais), mas que agora começa a ser revista.

(Adaptado de Maira Magro. **Revista Istoé**, 24 de junho de 2009, p. 100-101)

12. De acordo com o texto, a afirmativa correta é:

- (A) Autoridades do governo federal e dos governos estaduais buscam descobrir a origem de algumas espécies de plantas, para evitar seu plantio no país.
- (B) O desmatamento indiscriminado no Brasil atinge também espécies exóticas, que trazem beleza à paisagem de muitas cidades, como o Rio de Janeiro.
- (C) Espécies alienígenas, incorporadas à paisagem brasileira por sua beleza, estão se transformando em séria ameaça à flora nativa.
- (D) Plantas estrangeiras utilizadas no paisagismo urbano estão sendo proibidas por determinação do Ministério do Meio Ambiente.
- (E) Uma das causas para o aquecimento global está na disseminação descontrolada, no Brasil, de espécies da flora de outros países.

13. – isso se dá no momento em que diversos Estados também se ocupam do problema. (2º parágrafo)

O pronome grifado acima refere-se corretamente, no texto, à

- (A) reunião de dados sobre espécies invasoras que estão comprometendo a biodiversidade de diversos ambientes.
- (B) constatação de que as plantas podem ser ecologicamente predadoras do ambiente em que se encontram.
- (C) preocupação dos órgãos de governo em rever as escolhas feitas por paisagistas no embelezamento das cidades.
- (D) ausência de controle oficial sobre algumas espécies de plantas, que põem em risco a biodiversidade da flora brasileira.
- (E) escolha de espécies que consigam cercear a disseminação das espécies exóticas fora de seu ambiente natural.

14. – que, ao contrário do que muitos julgam, não é um exemplar original. (3º parágrafo)

O segmento após o travessão constitui, considerando-se o contexto,

- (A) enumeração de caráter explicativo.
- (B) opinião pessoal, como juízo de valor.
- (C) constatação enumerativa de um fato.
- (D) comentário que se opõe à opinião geral.
- (E) informação desnecessária no contexto.



15. *Só para se ter parâmetro de sua agressividade, segundo os especialistas, elas são mais predadoras do que o aquecimento global.* (1º parágrafo)
- O sentido da expressão grifada acima está corretamente reproduzido, com outras palavras, em:
- (A) controle das causas de destruição trazidas por essas plantas exóticas.
- (B) condição de mapear a expansão descontrolada dessas plantas.
- (C) medida do comprometimento ambiental causado por plantas invasoras.
- (D) uma possível resistência ao ímpeto destruidor das espécies alienígenas.
- (E) a exata importância da resistência dessas plantas exóticas no novo habitat.
-
16. *Livres de "adversários"...*
Uma lista preliminar já tachou 542 seres vivos de "exóticos e invasores" no Brasil ...
"Queremos que sirva como critério para barrar sua entrada e o seu plantio"...
- As aspas empregadas nos exemplos acima assinalam:
- I. sentido especial no uso de "adversários".
- II. transcrição exata da expressão "exóticos e invasores" retirada de outro contexto.
- III. citação das palavras de interlocutor alheio ao contexto, no último exemplo.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
-
17. *O Ministério também lançará um livro que reúna dados sobre espécies invasoras marinhas.* (2º parágrafo)
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está na frase:
- (A) ... isso se dá no momento ...
- (B) "Queremos que sirva como critério para barrar sua entrada e o seu plantio"...
- (C) ... e hoje ocupa o lugar de espécies nativas nos parques e reservas do Rio ...
- (D) ... o homem, desavisado do estrago que pode provocar no ambiente ...
- (E) ... mas que agora começa a ser revista.
-
18. A expressão grifada está substituída de modo INCORRETO pelo pronome em:
- (A) *que ameaçam a flora* = que a ameaçam.
- (B) *passam a destruir a flora e a fauna nativas* = destruí-las.
- (C) *já tachou 542 seres vivos de "exóticos e invasores"* = já os tachou.
- (D) *O Ministério também lançará um livro* = lançará-no.
- (E) *mostrando as vilãs dos rios* = mostrando-as.
-
19. *... tradição brasileira que começou com a corte portuguesa, foi alterada na década de 1920 por paisagistas como Burle Max ...* (final do texto)
- O verbo que admite o mesmo tipo de transposição que a do grifado acima está na frase:
- (A) ... elas são mais predadoras do que o aquecimento global.
- (B) *Trata-se de espécies exóticas trazidas de outros países ...*
- (C) *Mas quem poderia desconfiar de uma jaqueira ...*
- (D) ... não é um exemplar original.
- (E) ... e hoje ocupa o lugar de espécies nativas nos parques e reservas do Rio ...
-
20. *A maria-sem-vergonha, usada como ornamento, veio da África.*
A maria-sem-vergonha é também conhecida como beijo. Ela tem rápida propagação em áreas de sombra e em ambientes úmidos.
A maria-sem-vergonha desloca plantas nativas.
- As frases acima se organizam em um único período com clareza, correção e lógica em:
- (A) Também conhecida como beijo, a maria-sem-vergonha veio da África para ser usada como ornamento, mas desloca plantas nativas por sua rápida propagação em áreas de sombra e em ambientes úmidos.
- (B) A maria-sem-vergonha, que desloca plantas nativas usada como ornamento, veio da África, também conhecida como beijo, além de se propagar rapidamente em áreas de sombra e em ambientes úmidos.
- (C) A maria-sem-vergonha, usada como ornamento, veio da África também conhecida como beijo, se propagando rapidamente em áreas de sombra e em ambientes úmidos, ainda com deslocamento das plantas nativas.
- (D) Ela, que é a maria-sem-vergonha, vindo da África, e também conhecida como beijo, vai se propagando rapidamente em áreas de sombra e em ambientes úmidos, e assim a maria-sem-vergonha desloca plantas nativas, usada como ornamento.
- (E) Conquanto é usada como ornamento, veio da África a maria-sem-vergonha que é também conhecida como beijo, se propagando rapidamente em áreas de sombra e em ambientes úmidos e desloca plantas nativas.

**Noções de Informática**

Instruções: - As questões sobre os aplicativos consideram sempre a originalidade da versão em uso e não quaisquer outras passíveis de modificação (customização, parametrização, etc.) feita pelo usuário.

- Para responder às questões de números 21 a 25, considere:

- I. Conhecer a quantidade de caracteres digitados em um documento de texto (BrOffice.org 3.1) a fim de determinar a produtividade de digitação.
- II. Proteger o computador conectado à Internet, de ataques, invasões, intrusões, infecções e mantê-lo automaticamente atualizado com as novas versões (*Windows Update*). Para tanto, deve-se ativar todos os Dados Básicos de Segurança na Central de Segurança (Windows XP – edição doméstica).
- III. Em uma situação na qual se tenha iniciado uma sessão de pesquisa no Internet Explorer (versão 8), é desejável reproduzir a guia atual, a fim de não perder as informações obtidas. Iniciando o trabalho em nova guia, deve-se proceder corretamente para obter o resultado desejado.
- IV. O computador tem espaço disponível para inserção de novas placas de memória. É urgente que uma expansão seja feita a fim de melhorar o desempenho e a capacidade de armazenamento temporário de dados.
- V. As informações jurídicas mais importantes devem ser guardadas em pastas separadas e organizadas por ano, mês dentro do ano, assunto dentro do mês e documento. Ex. 2009, Junho, Filiação de Partidos e Relatório.doc.
21. A necessidade exposta no item (I) indica que devem ser acionadas as seguintes operações:
- (A) Arquivo; Contar palavras.
(B) Ferramentas; Contagem de palavras.
(C) Ferramentas; Contar caracteres.
(D) Ferramentas; Numeração de linhas.
(E) Exibir; Caracteres não-imprimíveis.

22. A recomendação feita em (II) é para ativar
- (A) *Firewall* e Proteção contra vírus, apenas.
(B) *Backup* automático, Proteção contra vírus e *Firewall*, apenas.
(C) Atualizações automáticas, Proteção contra vírus e *Firewall*, apenas.
(D) Atualizações automáticas, Proteção contra vírus, *Firewall* e *Backup* automático, apenas.
(E) Proteção contra vírus, *Firewall*, *Backup* automático e Opções da Internet.

23. O procedimento correto recomendado em (III) é acionar o menu Arquivo e escolher
- (A) Duplicar página.
(B) Nova Guia.
(C) Nova Sessão.
(D) Salvar como.
(E) Duplicar Guia.

24. O item (IV) refere-se a um conceito geral e a um elemento envolvido diretamente na inserção das placas que são, respectivamente,
- (A) *software* e placa mãe.
(B) *software* e porta serial.
(C) *hardware* e porta serial.
(D) *hardware* e *slot*.
(E) *hardware* e porta paralela.

25. Para atender corretamente ao solicitado no item (V) e organizar a colocação dos documentos correspondentes, é necessário criar a respectiva estrutura de pastas no Windows Explorer composta de
- (A) pasta, sub-pasta e sub-sub-pasta, apenas.
(B) pasta e arquivo, apenas.
(C) pasta e sub-pasta, apenas.
(D) sub-pasta, sub-sub-pasta e arquivo, apenas.
(E) arquivo, pasta, sub-pasta e sub-sub-pasta.

Noções de Arquivologia

26. A determinação segundo a qual os arquivos originários de uma instituição devem manter sua individualidade, sem misturar-se aos de origem diversa, é conhecida como princípio
- (A) do respeito à ordem original.
(B) da classificação.
(C) da destinação.
(D) do isolamento.
(E) da proveniência.

27. Entre outras atribuições relacionadas com os documentos de uma instituição, ao serviço de protocolo cabem
- (A) o registro e a movimentação.
(B) o recolhimento e o arquivamento.
(C) a emissão de pareceres e a classificação.
(D) a eliminação e a reprografia.
(E) a destinação e a transferência.

28. Para que a avaliação seja coerente com os princípios arquivísticos, é preciso que os documentos se submetam, primeiramente, a um
- (A) processo de microfilmagem.
(B) registro topográfico.
(C) processo de digitalização.
(D) plano de classificação.
(E) quadro de equivalência.

29. Os arquivos permanentes, em seu programa descritivo, devem priorizar
- (A) a edição de textos e os catálogos seletivos.
(B) os catálogos e inventários.
(C) os guias e inventários.
(D) os catálogos seletivos e guias.
(E) os índices e catálogos.

30. Papel, caderno, relatório e relatório de viagem são, respectivamente, exemplos de
- (A) gênero, suporte, tipo e espécie.
(B) suporte, formato, espécie e tipo.
(C) espécie, forma, formato e suporte.
(D) tipo, espécie, suporte e técnica de registro.
(E) formato, técnica de registro, gênero e forma.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

31. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, NÃO se incluindo dentre os seus preceitos
- (A) a proibição de recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.
- (B) a organização paramilitar.
- (C) a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira.
- (D) a prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- (E) o funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

32. No tocante aos Estados Federados, considere:
- I. Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- II. Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- III. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e cinco, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez.
- IV. Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III.

33. O número de Vereadores deve ser proporcional à população do Município, observado o limite de, no mínimo,
- (A) quarenta e dois e máximo de cinquenta e dois, nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes.
- (B) quarenta e três e máximo de cinquenta e um, nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes.
- (C) trinta e quatro e máximo de quarenta e um, nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes.
- (D) dez e máximo de trinta e um, nos Municípios de até um milhão de habitantes.
- (E) nove e máximo de vinte e um, nos Municípios de até um milhão de habitantes.

34. No tocante ao Distrito Federal, considere as seguintes assertivas:

- I. É vedada sua divisão em Municípios.
- II. São atribuídas as competências legislativas reservadas à União.
- III. Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, do corpo de bombeiros militar.
- IV. É regido por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de cinco dias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

35. Quanto ao Poder Legislativo é correto afirmar que

- (A) cada Estado e o Distrito Federal elegerão quatro Senadores, com mandato de oito anos.
- (B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Municípios, Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- (C) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (D) a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e três terços.
- (E) as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões, em regra, serão tomadas por maioria dos votos, presente um quarto de seus membros.

36. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- (A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- (C) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.



37. Com relação ao Poder Executivo, é correto afirmar que

- (A) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos.
- (B) far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, se nenhum candidato a Presidente alcançar maioria absoluta na primeira votação, concorrendo os quatro candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- (C) o Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Palácio da Alvorada, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.
- (D) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Supremo Tribunal Federal, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
- (E) a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

38. O Presidente da República poderá delegar ao Procurador-Geral da República, que observará os limites traçados na respectiva delegação, a atribuição de

- (A) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (B) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- (C) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição Federal.
- (D) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- (E) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

39. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,

- (A) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (B) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (C) o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República nas infrações penais comuns.
- (D) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- (E) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

40. Com relação aos Tribunais e Juízes Eleitorais, considere:

- I. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos Tribunais, dos Juízes de Direito e das Juntas Eleitorais.
- II. Os membros dos Tribunais, os Juízes de Direito e os integrantes das Juntas Eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão removíveis.
- III. Em regra, são recorríveis todas as decisões do Tribunal Superior Eleitoral.
- IV. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais caberá recurso quando anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

Noções de Direito Eleitoral

41. A respeito das garantias eleitorais, é correto afirmar que

- (A) os candidatos não poderão ser presos, salvo caso de flagrante delito, desde quinze dias antes das eleições.
- (B) os partidos políticos não gozam de prioridade postal nos sessenta dias anteriores à votação, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.
- (C) os membros das Mesas Receptoras não poderão ser detidos ou presos, salvo caso de flagrante delito, nos trinta dias anteriores à data da eleição.
- (D) a força pública poderá policiar o interior do edifício em que funciona a Mesa Receptora, mas não poderá ingressar na cabine de votação.
- (E) a denúncia ao Corregedor-Geral ou Regional de interferência do poder econômico e de desvio ou abuso de poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, é prerrogativa exclusiva dos partidos políticos e dos candidatos.



42. O registro de candidatos a membro do Congresso Nacional, a Governador do Estado e a Prefeito Municipal compete, respectivamente, ao
- (A) Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral .
- (B) Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.
- (C) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.
- (D) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral.
- (E) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.
-
43. Os juízes de Direito que integram o Tribunal Regional Eleitoral devem ser
- (A) indicados pelo Ministério Público Federal e nomeados pelo Presidente da República.
- (B) nomeados pelo Governador do respectivo Estado.
- (C) escolhidos por nomeação do Presidente da República.
- (D) escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- (E) escolhidos pelo Congresso Nacional e nomeados pelo Presidente da República.
-
44. Pelas Mesas Receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor,
- (A) somente os candidatos registrados.
- (B) os candidatos registrados, os delegados e os fiscais dos partidos políticos.
- (C) somente os delegados e fiscais dos partidos políticos.
- (D) somente os fiscais dos partidos políticos.
- (E) qualquer cidadão que esteja portando seu título eleitoral.
-
45. Na composição das Mesas Receptoras de votos, NÃO poderão, dentre outros, ser nomeados mesários
- (A) os serventuários da Justiça.
- (B) os eleitores da própria Seção Eleitoral.
- (C) os diplomados em escola superior.
- (D) os professores.
- (E) as autoridades policiais.
-
46. A respeito da polícia dos trabalhos eleitorais, é INCORRETO afirmar que
- (A) o Presidente da Mesa Receptora fará retirar do recinto ou do edifício quem estiver praticando qualquer ato atentatório da liberdade eleitoral.
- (B) ao Presidente da Mesa Receptora e ao Juiz Eleitoral cabe a polícia dos trabalhos eleitorais.
- (C) o Presidente da Mesa Receptora fará retirar do recinto ou do edifício quem não guardar ordem e compostura devidas.
- (D) o Secretário da Segurança Pública pode intervir nos trabalhos eleitorais das Mesas Receptoras, quando suspeitar de qualquer procedimento fraudulento.
- (E) o eleitor somente poderá permanecer no recinto da Mesa Receptora durante o tempo necessário à votação.
-
47. Após às 17 horas do dia marcado para a eleição só poderão votar
- (A) os eleitores que apresentarem documento que justifique o atraso.
- (B) os eleitores que tenham recebido senha e entregue seu título ao Presidente da Mesa Receptora.
- (C) os candidatos e os fiscais de partido político.
- (D) as autoridades regularmente constituídas.
- (E) os que apresentarem dificuldade de locomoção.
-
48. O eleitor que tiver perdido o título eleitoral
- (A) somente poderá votar no Cartório Eleitoral correspondente ao seu domicílio.
- (B) não poderá votar.
- (C) poderá votar em qualquer Seção da circunscrição eleitoral.
- (D) somente poderá votar no Tribunal Regional Eleitoral.
- (E) será admitido a votar, desde que seja inscrito na Seção e conste da respectiva pasta a sua folha individual de votação.
-
49. A respeito das Seções Eleitorais, é certo que
- (A) cada Seção Eleitoral terá uma Mesa Receptora para cada 300 eleitores.
- (B) cada Seção Eleitoral terá no mínimo 300 eleitores.
- (C) a cada Seção Eleitoral corresponde uma Mesa Receptora de votos.
- (D) cada Seção Eleitoral terá no máximo 1.500 eleitores e 5 Mesas Receptoras.
- (E) não haverá, nas capitais, limite mínimo nem máximo de eleitores integrantes de cada Seção Eleitoral.



<p>50. A respeito dos lugares de votação, considere:</p> <p>I. Funcionário as Mesas Receptoras nos lugares destinados pelos Juízes Eleitorais 60 dias antes da eleição, publicando-se a designação.</p> <p>II. As propriedades particulares poderão ser cedidas para lugar de votação, mediante contrato de locação, precedido de concorrência pública.</p> <p>III. A decisão do Juiz Eleitoral a respeito da designação dos lugares de votação é irreversível, por basear-se em prévia instrução do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>54. Com referência à execução do contrato administrativo, é correto afirmar que</p> <p>(A) a Administração não pode contratar terceiros para acompanhar e fiscalizar a obra, nem mesmo para auxiliar ou assistir o seu representante.</p> <p>(B) o contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.</p> <p>(C) a reparação ou correção de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra devem ser objeto de aditamento ao contrato, cabendo ao contratado a remuneração correspondente.</p> <p>(D) a responsabilidade pelos encargos trabalhistas e fiscais resultantes da execução do contrato é de responsabilidade do contratado e do contratante.</p> <p>(E) o contratado pode subcontratar a obra ou serviço sem necessidade de concordância da Administração.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>51. Sobre o conceito de atos administrativos, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os contratos também podem ser considerados atos jurídicos bilaterais.</p> <p>(B) particulares no exercício de prerrogativas públicas também editam ato administrativo.</p> <p>(C) os atos administrativos são sempre atos jurídicos.</p> <p>(D) os Poderes Judiciário e Legislativo não editam ato administrativo.</p> <p>(E) os atos administrativos são sempre passíveis de controle judicial.</p>	<p>55. Ressalvadas as hipóteses de pequenas compras de pronto pagamento, o contrato verbal com a Administração Pública</p> <p>(A) para ter validade deve ser publicado por extrato em órgão de imprensa oficial.</p> <p>(B) só será declarado nulo, se causar prejuízo ao erário.</p> <p>(C) será considerado válido, se aprovado pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(D) precisa ser ratificado pelo superior hierárquico da autoridade que assumiu o compromisso verbal.</p> <p>(E) é nulo e de nenhum efeito.</p>
<p>52. A presunção de legitimidade, como atributo do ato administrativo,</p> <p>(A) diz respeito à conformidade do ato com a lei.</p> <p>(B) é absoluta, não podendo ser contestada.</p> <p>(C) está presente apenas em alguns atos administrativos.</p> <p>(D) pode, por ser relativa, ser afastada <i>ex officio</i> pelo Poder Judiciário.</p> <p>(E) pode ser contestada somente no âmbito administrativo.</p>	<p>56. Sobre as disposições gerais do contrato administrativo, previstas na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que</p> <p>(A) aos contratos administrativos aplicam-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.</p> <p>(B) é dispensável constar cláusula referente ao crédito pelo qual correrá a despesa.</p> <p>(C) a garantia pode ser exigida mesmo que não prevista no instrumento convocatório.</p> <p>(D) é permitido o contrato com prazo de vigência indeterminado, nos casos de locação de imóvel.</p> <p>(E) as cláusulas econômico-financeiras e monetárias podem ser alteradas sem prévia concordância do contratado, desde que plenamente justificadas.</p>
<p>53. A competência, como um dos requisitos do ato administrativo, é</p> <p>(A) transferível.</p> <p>(B) renunciável.</p> <p>(C) de exercício obrigatório para órgãos e agentes públicos.</p> <p>(D) modificável por vontade do agente.</p> <p>(E) prescritível.</p>	<p>57. São tipos de licitação, além de outros:</p> <p>(A) melhor preço, concorrência e convite.</p> <p>(B) convite, tomada de preços e concorrência.</p> <p>(C) tomada de preços, técnica e preço e melhor preço.</p> <p>(D) melhor preço, melhor técnica e técnica e preço.</p> <p>(E) melhor preço, técnica e preço e tomada de preços.</p>



<p>58. Quando a Administração Pública contrata obra ou serviço por preço certo e total, diz-se que a contratação é pelo regime de</p> <p>(A) administração contratada.</p> <p>(B) empreitada por preço unitário.</p> <p>(C) tarefa.</p> <p>(D) empreitada integral.</p> <p>(E) empreitada por preço global.</p>	<p>62. A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é considerada</p> <p>(A) reversão.</p> <p>(B) recondução.</p> <p>(C) reintegração.</p> <p>(D) readaptação.</p> <p>(E) transferência.</p>
<p>59. A Lei de Licitações considera obras, serviços e compras de grande vulto aquelas cujo valor estimado seja de</p> <p>(A) dez vezes o valor estabelecido para concorrência pública.</p> <p>(B) quinze vezes o valor estabelecido para tomada de preços.</p> <p>(C) vinte vezes o valor estabelecido para tomada de preços.</p> <p>(D) vinte e cinco vezes o valor estabelecido para concorrência.</p> <p>(E) cinquenta vezes o valor estabelecido para convite.</p>	<p>63. De acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente será punido com</p> <p>(A) advertência escrita.</p> <p>(B) suspensão de até quinze dias.</p> <p>(C) demissão.</p> <p>(D) suspensão de até trinta dias.</p> <p>(E) advertência verbal.</p>
<p>60. Dentre os princípios expressamente previstos na Lei de Licitações, Lei nº 8.666/93, NÃO se inclui o princípio</p> <p>(A) da razoabilidade.</p> <p>(B) da legalidade.</p> <p>(C) da impessoalidade.</p> <p>(D) do julgamento objetivo.</p> <p>(E) da vinculação do instrumento convocatório.</p>	<p>64. A respeito do processo administrativo disciplinar para apuração de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, considere:</p> <p>I. Será iniciado com a instauração da comissão administrativa disciplinar, a ser composta por cinco servidores estáveis, e posteriormente será indicada a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração.</p> <p>II. No prazo de quinze dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, apresentando resumo dos fatos, relatório e fundamentação conclusiva.</p> <p>III. Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal.</p> <p>IV. Em regra, o prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.</p>
<p>Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais</p> <p>61. Considere as seguintes hipóteses:</p> <p>I. Promoção.</p> <p>II. Readaptação.</p> <p>III. Posse em outro cargo inacumulável.</p> <p>IV. Nomeação.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.112/90, a vacância do cargo público decorrerá das hipóteses indicadas APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>



65. Com relação ao recurso administrativo, de acordo com a Lei nº 9.784/99 é correto afirmar:

- (A) Em regra, a interposição de recurso administrativo depende de prévia caução.
- (B) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (C) Em regra, o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas.
- (D) Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de dez dias úteis, apresentem alegações.
- (E) Em regra, o recurso administrativo possui efeito suspensivo, o que acarreta a impossibilidade da execução da sentença proferida em primeira instância.

66. De acordo com a Lei nº 9.784/99, os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o

- (A) primeiro dia do mês subsequente.
- (B) primeiro dia útil do mês subsequente.
- (C) quinto dia útil do mês subsequente.
- (D) último dia útil do mês.
- (E) último dia do mês.

67. A respeito da instrução no processo administrativo disciplinar considere:

- I. Quando documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará a sua improcedência.
- II. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.
- III. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- IV. Em regra, encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias.

De acordo com a Lei nº 9.784/99, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

Regimento Interno do TRE-PI

68. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, os juízes afastados de suas funções na Justiça Comum ou Federal, por motivo de licença, férias e licença especial

- (A) ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando coincidir a realização de eleição.
- (B) ficarão afastados da Justiça Eleitoral pelo prazo máximo de 90 dias.
- (C) não ficarão afastados da Justiça Eleitoral, por expressa disposição legal existente neste sentido.
- (D) ficarão afastados da Justiça Eleitoral pelo prazo máximo de 30 dias.
- (E) ficarão afastados da Justiça Eleitoral pelo prazo máximo de 60 dias.

69. Nas sessões solenes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, devem tomar assento à direita do Presidente o

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (B) Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Prefeito da Capital do Estado.
- (D) Vice-Governador do Estado.
- (E) Presidente da Câmara dos Vereadores.

70. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, compete ao Corregedor Eleitoral

- (A) assinar os acórdãos, juntamente com o Relator e com o Procurador Regional Eleitoral.
- (B) proferir voto de desempate e votar em declarações de inconstitucionalidade.
- (C) presidir inquéritos contra Juízes Eleitorais, com a presença obrigatória do Procurador Regional Eleitoral, ou seu substituto.
- (D) distribuir os processos aos membros do Tribunal.
- (E) informar os recursos especiais que devam subir ao Tribunal Superior Eleitoral.